

STJ00109962

MARCELO BARBOSA
SACRAMONE

Manual de
**Direito
Empresarial**

2020

saraiva **jur**



Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Planejamento Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Novos projetos Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Fernanda Matajs (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias

Diagramação Rosane Guedes

Revisão Ana Paula Felipe

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Sacramone, Marcelo Barbosa
Manual de direito empresarial / Marcelo Barbosa Sacramone. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
592 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1660-2

1. Direito empresarial 2. Direito comercial I. Título.

20-0241

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial 347.72

Data de fechamento da edição: 16-12-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

<i>Agradecimentos</i>	7
Introdução	27
1. Conceito de direito empresarial e nomenclatura	27
2. Evolução histórica.....	28
3. Autonomia do direito empresarial.....	33
4. Características do direito empresarial.....	34
5. Princípios do direito empresarial.....	35
a) Princípio da livre-iniciativa	35
b) Princípio da livre concorrência	36
c) Princípio da função social da empresa	37
6. Fontes formais do direito empresarial.....	40
 CAPÍTULO 1	
Empresa e Empresário	43
1. A teoria da empresa	43
2. O conceito de empresário	47
3. Excluídos do conceito de empresário	49
3.1. Profissionais intelectuais	49
3.2. Produtores rurais.....	51
3.3. Sociedades simples.....	52
3.4. Sociedades cooperativas.....	53
4. Capacidade para ser empresário individual	54
5. Impedimentos aos empresários individuais.....	56
6. Espécies de empresários.....	57
6.1. Empresário individual de responsabilidade ilimitada	57

6.2. Sociedades empresárias	59
6.3. Empresa individual de responsabilidade limitada	59
6.4. Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)	61
7. Elementos de identificação do empresário	64
7.1. O nome empresarial	65
7.2. Proteção ao nome empresarial.....	69
8. Obrigações dos empresários	72
8.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis	72
8.1.1. Registro Público de Empresas Mercantis	74
8.1.1.1. DREI	74
8.1.1.2. Juntas Comerciais.....	75
8.1.1.2.1. Estrutura das Juntas Comerciais.....	77
8.2. Escrituração dos livros empresariais	78
8.3. Dever de levantar anualmente balanços patrimonial e de resultado econômico.....	80
8.4. A escrituração dos livros e o levantamento dos balanços patrimonial e de resultado econômico pelos Microempresários e Empresários de Pequeno Porte.....	81
8.5. O sigilo dos livros comerciais.....	81
9. Empresário inativo	82
Quadro mnemônico	83

CAPÍTULO 2

O Estabelecimento Empresarial.....	85
1. Conceito de estabelecimento empresarial.....	85
2. Atributos do estabelecimento empresarial	88
2.1. O aviamento	88
2.2. Clientela.....	89
3. O contrato de trespasse.....	90
3.1. Cláusula de não concorrência	92
4. Penhora de estabelecimento empresarial.....	93
5. Elementos de composição do estabelecimento empresarial ...	94
5.1. O ponto comercial	95
5.1.1. O ponto comercial no <i>Shopping Center</i>	98

5.2. O título do estabelecimento	99
5.3. Propriedade industrial	100
5.3.1. Patente	102
5.3.2. Invenção e modelo de utilidade	103
5.3.3. Legitimidade para o pedido de patente	106
5.3.4. Processamento do pedido de patente	108
5.3.5. Vigência e direitos	110
5.3.6. Cessão e licença voluntária	111
5.3.7. Licença compulsória	113
5.3.8. Extinção do direito de patente	114
5.4. Registro de desenho industrial.....	115
5.4.1. Requisitos para o registro	115
5.4.2. Legitimidade e procedimento	116
5.4.3. Proteção e vigência do registro de desenho industrial .	117
5.5. Marcas	118
5.5.1. Espécies de marcas	119
5.5.2. Legitimados para o pedido de registro.....	121
5.5.3. Requisitos para a concessão do registro.....	121
5.5.4. Procedimento para o registro	123
5.5.5. Proteção à marca	124
5.5.6. Vigência e extinção	126
5.5.7. Reconhecimento da nulidade do registro da marca .	127
5.6. Indicação geográfica	128
Quadro mnemônico	130

CAPÍTULO 3

Sociedades.....	133
1. Conceito de sociedade	133
2. Evolução histórica da sociedade	134
3. Ato constitutivo de sociedades	136
4. Elementos do contrato de sociedade	140
4.1. Elementos gerais do contrato.....	140
4.1.1. Agente capaz e a possibilidade de sócio incapaz.....	140
4.1.2. Sociedade entre cônjuges.....	142

4.1.3. Objeto lícito, possível e determinado ou determinável	142
4.1.4. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	143
4.2. Elementos específicos do contrato de sociedade.....	143
4.2.1. Pluralidade de sócios.....	144
4.2.2. Constituição do capital social.....	145
4.2.3. Participação nos lucros e nas perdas.....	146
4.2.4. <i>Affectio societatis</i>	147
5. Personalidade jurídica	148
5.1. Desconsideração da personalidade jurídica.....	149
6. Tipos de sociedades.....	152
6.1. Classificação das sociedades	153
6.1.1. Quanto à personificação	153
6.1.2. Quanto ao modo de desenvolvimento da atividade...	154
6.1.3. Quanto à responsabilidade dos sócios.....	155
6.1.4. Quanto à forma do capital.....	156
6.1.5. Quanto à estrutura econômica	157
6.2. Espécies de sociedades	159
6.2.1. Sociedade em comum.....	159
6.2.2. Sociedade em conta de participação.....	161
6.2.3. Sociedade simples (sociedade simples pura)	163
6.2.3.1. Formação da sociedade	164
6.2.3.2. Direitos e deveres dos sócios	165
6.2.3.3. Responsabilidade dos sócios.....	168
6.2.3.4. Cessão das quotas sociais.....	169
6.2.3.5. Deliberações sociais.....	170
6.2.3.6. Administração da sociedade	171
6.2.3.6.1. Nomeação e destituição.....	172
6.2.3.6.2. Poderes atribuídos.....	174
6.2.3.6.3. Vinculação da sociedade e responsabili- dade dos administradores	175
6.2.3.7. Dissolução da sociedade	177
6.2.3.7.1. Dissolução parcial.....	177
6.2.3.7.1.1. Exclusão dos sócios.....	179
6.2.3.7.2. Dissolução total da sociedade	181
6.2.3.8. Liquidação	182

6.2.4. Sociedade em nome coletivo.....	185
6.2.4.1. Evolução histórica da sociedade em nome coletivo	185
6.2.4.2. Elementos da sociedade em nome coletivo	187
6.2.5. Sociedade em comandita simples	188
6.2.5.1. O surgimento histórico das sociedades em comandita.....	189
6.2.5.2. Elementos da sociedade em comandita simples	192
6.2.6. Sociedades limitadas.....	194
6.2.6.1. Disciplina jurídica.....	194
6.2.6.2. Natureza.....	195
6.2.6.3. Constituição	196
6.2.6.4. Sócios da sociedade limitada	197
6.2.6.4.1. Direitos dos sócios	198
6.2.6.5. Nome empresarial.....	200
6.2.6.6. Capital social	201
6.2.6.7. Quotas sociais.....	202
6.2.6.8. Órgãos sociais	203
6.2.6.8.1. Administradores.....	204
6.2.6.8.2. O Conselho Fiscal.....	207
6.2.6.8.3. Deliberações sociais	209
6.2.6.9. Dissolução	213
6.2.7. Sociedade anônima.....	214
6.2.7.1. Evolução histórica.....	215
6.2.7.2. Características	216
6.2.7.3. Objeto social	217
6.2.7.4. Nome empresarial.....	218
6.2.7.5. Sociedades anônimas fechadas e abertas	219
6.2.7.6. Mercado de valores mobiliários	220
6.2.7.7. A Comissão de Valores Mobiliários	221
6.2.7.8. Constituição da companhia	222
6.2.7.8.1. Subscrição pública.....	222
6.2.7.8.2. Subscrição particular	225
6.2.7.8.3. Formalidades complementares à constituição.....	225

6.2.7.9. Capital social.....	226
6.2.7.10. Integralização das ações subscritas	228
6.2.7.11. Valores mobiliários	230
6.2.7.11.1. Ações	230
6.2.7.11.1.1. Valor da ação	234
6.2.7.11.2. Partes beneficiárias	235
6.2.7.11.3. Debêntures	236
6.2.7.11.3.1. Espécies de debêntures.....	238
6.2.7.11.3.2. Emissão das debêntures.....	238
6.2.7.11.4. Bônus de subscrição	240
6.2.7.11.5. <i>Commercial paper</i>	240
6.2.7.12. Acionistas	241
6.2.7.12.1. Deveres	241
6.2.7.12.2. Direitos	242
6.2.7.12.2.1. Direito de voto.....	244
6.2.7.12.2.2. Voto Abusivo	245
6.2.7.13. Acionista controlador	246
6.2.7.13.1. Alienação do controle	248
6.2.7.13.2. Ofertas públicas para a aquisição (OPA)	250
6.2.7.14. Acordo de acionistas	251
6.2.7.14.1. Natureza do acordo de acionistas.....	252
6.2.7.14.2. Espécies de acordo de acionistas e efeitos	253
6.2.7.15. Órgãos sociais.....	255
6.2.7.15.1. A assembleia geral.....	255
6.2.7.15.1.1. Convocação da assembleia geral	257
6.2.7.15.1.2. Quórum de instalação e quórum de votação	258
6.2.7.15.1.3. Espécies de assembleias	259
6.2.7.15.2. Administradores.....	261
6.2.7.15.2.1. Conselho de administração	262
6.2.7.15.2.2. Diretoria	264
6.2.7.15.2.3. Requisitos e impedimentos à no- meação dos administradores.....	266
6.2.7.15.2.4. Deveres dos administradores.....	267
6.2.7.15.2.5. Responsabilização dos administra- dores.....	271

6.2.7.15.2.6. Ação de responsabilização dos administradores.....	273
6.2.7.15.3. Conselho Fiscal	274
6.2.7.16. Demonstrações financeiras.....	276
6.2.7.17. Lucros, reservas e dividendos.....	277
6.2.7.18. Dissolução, liquidação e extinção da companhia	279
6.2.7.18.1. Dissolução parcial de sociedade anônima.	281
6.2.7.19. Incorporação, fusão e cisão.....	281
6.2.7.20. Transformação	283
6.2.8. Sociedade em comandita por ações.....	284
6.2.9. Sociedade cooperativa	285
Quadro mnemônico	286

CAPÍTULO 4

Falência e Recuperação Judicial	289
1. Aspectos gerais.....	289
1.1. Decreto-lei n. 7.661/45 e a nova Lei de Falência	290
1.2. Competência jurisdicional para a falência e a recuperação	292
1.3. Juízo universal e indivisível	294
2. Falência	295
2.1. Pressupostos da falência	297
2.1.1. Sujeitos submetidos à Lei de Falência – sujeitos passivos.....	297
2.1.2. Sujeitos excluídos da falência e da recuperação	300
2.1.3. Insolvência	301
2.1.3.1. Impontualidade injustificada.....	302
2.1.3.2. Execução frustrada	304
2.1.3.3. Atos de falência	305
2.1.4. Sujeitos ativos.....	305
2.2. Procedimento do pedido de falência.....	306
2.2.1. Impontualidade injustificada e execução frustrada...	306
2.2.2. Prática de ato de falência	307
2.2.3. Pedido de autofalência	309

2.3. Sentença denegatória da falência.....	310
2.4. Sentença declaratória da falência.....	311
2.5. Efeitos jurídicos da falência.....	315
2.5.1. Efeitos em relação aos direitos dos credores.....	315
2.5.1.1. Vencimento antecipado de todas as obrigações do falido.....	315
2.5.1.2. Conversão dos créditos em moeda estrangeira ..	316
2.5.1.3. Formação da massa de credores.....	316
2.5.1.4. Suspensão das ações e execuções individuais...	317
2.5.1.4.1. Reclamações trabalhistas.....	317
2.5.1.4.2. Execuções fiscais.....	318
2.5.1.4.3. Ações que demandam quantia ilíquida	318
2.5.1.4.4. Execuções com hasta já designada ou realizada	319
2.5.1.5. Suspensão do curso da prescrição	320
2.5.1.6. Suspensão da fluência dos juros contra a massa falida.....	320
2.5.1.7. Disciplina dos direitos e deveres dos coobrigados solidários	321
2.5.1.8. Direitos dos credores na falência.....	323
2.5.2. Efeitos da falência em relação à pessoa do falido....	323
2.5.2.1. Obrigações impostas ao falido	324
2.5.2.2. Restrições impostas ao falido	324
2.5.2.2.1. Proibição para o exercício da atividade empresarial.....	325
2.5.2.2.2. Perda do direito de administrar e dispor de seus bens.....	325
2.5.2.2.3. Perda da legitimação <i>ad causam</i>	326
2.5.2.2.4. Suspensão do direito ao sigilo de correspondência.....	326
2.5.2.2.5. Restrição ao direito de ausentar-se da comarca	327
2.5.3. Efeitos da falência em relação aos sócios da sociedade falida	327
2.5.4. Efeitos da falência em relação aos contratos do falido.....	329
2.5.4.1. Regras especiais impostas a determinados contratos do falido	330

2.5.4.1.1. Contrato de compra e venda de coisa em trânsito	331
2.5.4.1.2. Contrato de compra e venda de coisas compostas	331
2.5.4.1.3. Contrato de compra e venda de bens móveis a prestação	332
2.5.4.1.4. Contrato de compra e venda com reserva de domínio	332
2.5.4.1.5. Compra e venda de coisas vendidas a termo com cotação em bolsa ou mercado	333
2.5.4.1.6. Promessa de compra e venda de imóveis... ..	333
2.5.4.1.7. Contrato de locação	334
2.5.4.1.8. Compensação e liquidação de obrigações do Sistema Financeiro Nacional	334
2.5.4.1.9. Contrato de mandato	335
2.5.4.1.10. Contrato de conta corrente	335
2.5.4.1.11. Contrato de trabalho	335
2.5.4.1.12. Contratos de sociedade	336
2.5.4.2. Compensação das dívidas do falido	337
2.5.5. Efeitos da falência em relação aos atos do falido	337
2.5.5.1. Ineficácia objetiva	338
2.5.5.1.1. Atos praticados no período do termo legal.	339
2.5.5.1.2. Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	341
2.5.5.1.3. Alienação ou transferência de estabelecimento empresarial independentemente do período	341
2.5.5.1.4. Atos praticados após a sentença declaratória de falência	342
2.5.5.2. Ineficácia subjetiva	343
2.5.5.3. Ação revocatória	343
2.6. Administração da falência	345
2.6.1. O juiz	345
2.6.2. O Ministério Público	346
2.6.3. O administrador judicial	346
2.6.3.1. Nomeação	347
2.6.3.2. Impedimentos	348

2.6.3.3. Funções do administrador	348
2.6.3.4. Remuneração do administrador judicial.....	350
2.6.3.5. Substituição e destituição do administrador judicial	352
2.6.3.6. Responsabilidade do administrador judicial	353
2.6.4. Assembleia geral de credores.....	353
2.6.4.1. Composição	354
2.6.4.2. Atribuições	356
2.6.4.3. Convocação e deliberação	356
2.6.5. Comitê de credores	357
2.6.5.1. Constituição	358
2.6.5.2. Composição.....	359
2.6.5.3. Atribuições.....	360
2.6.5.4. Remuneração.....	361
2.6.5.5. Substituição, destituição e responsabilidade.....	361
2.7. Fase falimentar	362
2.7.1. Verificação de crédito	363
2.7.1.1. Impugnação ao crédito trabalhista.....	365
2.7.1.2. Habilitações retardatárias	366
2.7.1.3. Retificação do quadro geral de credores.....	367
2.7.2. A apuração do ativo.....	367
2.7.2.1. Arrecadação dos bens.....	368
2.7.2.2. Inventário e avaliação	369
2.7.2.3. Bens que não serão arrecadados.....	370
2.7.2.4. Suspensão do direito de retenção.....	372
2.7.2.5. Venda antecipada dos bens	372
2.7.2.6. Bens arrecadados e contratos para a produção de renda.....	373
2.7.3. Pedido de restituição	373
2.7.3.1. Pedido de restituição da coisa	374
2.7.3.2. Pedido de restituição da mercadoria.....	375
2.7.3.3. Pedido de restituição em dinheiro.....	376
2.7.3.4. Procedimento do pedido de restituição	377
2.7.4. Embargos de terceiro	378
2.7.5. Realização do ativo	379

2.7.5.1. Formas de liquidação.....	379
2.7.5.2. Sucessão das obrigações na liquidação.....	380
2.7.5.3. Modalidades de realização do ativo	381
2.7.5.3.1. Modalidades ordinárias	381
2.7.5.3.2. Modalidades extraordinárias.....	382
2.7.5.3.2.1. Constituição de sociedade de credores	382
2.7.5.4. Aquisição e adjudicação imediatas.....	383
2.7.6. Pagamento dos credores	384
2.7.6.1. Classificação dos créditos	384
2.7.6.1.1. Créditos prioritários.....	385
2.7.6.1.1.1. Despesas indispensáveis à administra-	
ção da falência.....	385
2.7.6.1.1.2. Créditos trabalhistas prioritários	386
2.7.6.1.1.3. Pedido de restituição em dinheiro.....	387
2.7.6.1.2. Créditos extraconcursais	388
2.7.6.1.2.1. Remuneração do administrador judi-	
cial, dos auxiliares e dos empregados	
da massa	388
2.7.6.1.2.2. Quantias fornecidas à massa pelos	
credores	389
2.7.6.1.2.3. Despesas do procedimento falimentar	
e custas do processo de falência	389
2.7.6.1.2.4. Custas judiciais relativas às ações e às	
execuções em que a massa falida te-	
nha sido vencida	390
2.7.6.1.2.5. Demais despesas da massa e débitos	
contraídos durante a recuperação ju-	
dicial.....	390
2.7.6.1.3. Créditos concursais.....	391
2.7.6.1.3.1. Créditos trabalhistas e decorrentes de	
acidentes de trabalho	391
2.7.6.1.3.2. Créditos com garantia real	392
2.7.6.1.3.3. Créditos tributários.....	393
2.7.6.1.3.4. Créditos com privilégio especial.....	393
2.7.6.1.3.5. Créditos com privilégio geral.....	394
2.7.6.1.3.6. Créditos quirografários	395
2.7.6.1.3.7. Multas contratuais e penas pecuniárias	395
2.7.6.1.3.8. Créditos subordinados.....	396

2.7.6.2. Rateios suplementares	396
2.7.6.3. Valores remanescentes da liquidação do ativo..	397
2.7.7. Encerramento da falência	397
2.7.8. Prestação de contas	397
2.7.9. Relatório final e sentença de encerramento	398
2.8. Fase pós-falimentar	399
2.8.1. Extinção das obrigações	399
3. Recuperação judicial	401
3.1. Aspectos gerais	401
3.2. Legitimidade para requerer a recuperação judicial	401
3.3. Créditos sujeitos à recuperação judicial	403
3.4. Pedido de recuperação judicial.....	405
3.5. Processamento da recuperação judicial	406
3.6. Verificação de créditos	409
3.7. O plano de recuperação judicial.....	410
3.8. Meios da recuperação judicial	410
3.8.1. Limitações aos meios de recuperação.....	411
3.9. Apreciação do plano de recuperação	412
3.9.1. Apreciação do plano pela assembleia geral de credores.....	413
3.9.2. Forma alternativa de concessão da recuperação judicial	415
3.10. Concessão da recuperação judicial ou decretação da falência	416
3.11. Efeitos da concessão da recuperação judicial	417
3.12. Administração da empresa pelo devedor ou seu afastamento	418
3.13. Sentença de encerramento da recuperação judicial	420
3.14. Convolação da recuperação judicial em falência.....	421
3.15. Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte	423
4. Recuperação extrajudicial	425
4.1. Legitimidades ativa e passiva.....	425
4.2. Homologação facultativa	427
4.3. Homologação obrigatória	427
4.4. Plano de recuperação extrajudicial.....	428

4.5. Pedido de homologação do plano de recuperação	429
4.6. Efeitos da homologação do plano de recuperação extra-judicial	431
5. Disposições penais na falência e recuperação	432
5.1. Disposições comuns	432
5.1.1. Sujeitos ativos	432
5.1.2. Condição objetiva de punibilidade	433
5.1.3. Prescrição	434
5.1.4. Princípio da unicidade	434
5.1.5. Efeitos da sentença condenatória	436
5.2. Crimes em espécie.....	437
5.2.1. Fraude a credores	437
5.2.2. Violação de sigilo empresarial	438
5.2.3. Divulgação de informações falsas	439
5.2.4. Indução a erro	439
5.2.5. Favorecimento de credores	440
5.2.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens	440
5.2.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	441
5.2.8. Habilitação ilegal de crédito	441
5.2.9. Exercício ilegal de atividade	442
5.2.10. Violação de impedimento.....	442
5.2.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios..	443
5.3. Procedimento penal	444
5.3.1. Apuração do crime.....	444
5.3.2. Ação penal.....	444
5.3.3. Competência.....	445
5.3.4. Procedimento sumário.....	446
Quadro mnemônico	447
Tabela de prazos	457

CAPÍTULO 5

Títulos de Crédito	459
1. Origem histórica.....	459
2. Fontes legislativas.....	460

3. Conceito.....	461
4. Características	462
4.1. Literalidade	462
4.2. Cartularidade	462
4.3. Autonomia	463
4.4. Abstração	464
4.5. Inoponibilidade das exceções pessoais	465
5. Classificação dos títulos de crédito.....	466
5.1. Quanto à natureza.....	466
5.2. Quanto à tipicidade.....	466
5.3. Quanto ao modo de circulação	467
5.4. Quanto ao emissor.....	468
5.5. Quanto à estrutura jurídica.....	468
6. Elementos do título	469
7. Letra de câmbio	470
7.1. Conceito	470
7.2. Formação	470
7.3. Requisitos essenciais	470
7.4. Requisitos não essenciais.....	472
7.5. Vencimento	473
7.6. Aceite	474
7.7. Endosso.....	475
7.7.1. Espécies de endosso	476
7.7.2. Cessão de créditos e o endosso.....	479
7.8. Aval	480
7.8.1. Fiança e aval.....	481
7.9. Pagamento.....	482
7.10. Protesto	484
7.11. Ressaque	486
7.12. Ação cambial.....	486
7.13. Prescrição	488
8. Nota promissória	488
8.1. Conceito	488
8.2. Disciplina jurídica	489
8.3. Requisitos essenciais	489

8.4. Vencimento	489
8.5. Endosso, aval, pagamento, ressaque, ação cambial e prescrição	490
9. Cheque	491
9.1. Conceito	491
9.2. Disciplina jurídica	492
9.3. Requisitos essenciais	492
9.4. Transmissão do cheque. Endosso e cessão de crédito	494
9.5. Aval	496
9.6. Pagamento.....	497
9.7. Sustação de pagamento.....	498
9.8. Protesto	499
9.9. Prescrição	499
9.10. Tipos de cheque	500
9.10.1. Cheque pós-datado.....	500
9.10.2. Cheque cruzado.....	501
9.10.3. Cheque para ser creditado em conta.....	502
9.10.4. Cheque visado	502
9.10.5. Cheque administrativo	502
9.10.6. Cheque de viagem	503
10. Duplicata	503
10.1. Conceito	503
10.2. Disciplina jurídica	504
10.3. Requisitos essenciais	504
10.4. Aceite	505
10.5. Pagamento	506
10.6. Aval e endosso.....	506
10.7. Protesto	507
10.8. Ação cambial.....	507
10.9. Prescrição	508
10.10. Duplicata escritural, eletrônica ou virtual.....	508
Quadro mnemônico	510
Tabela de prazos	511

CAPÍTULO 6

Contratos Empresariais.....	513
1. Teoria geral do contrato empresarial	513
1.1. Princípios gerais.....	514
1.2. Interpretação dos contratos mercantis	516
2. Espécies de contratos	518
2.1. Contrato de compra e venda mercantil	518
2.1.1. Classificação	519
2.1.2. Elementos do contrato	521
2.1.2.1. O consentimento.....	521
2.1.2.2. A coisa.....	521
2.1.2.2.1. Venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	523
2.1.2.2.2. Venda sob amostras	523
2.1.2.3. O preço.....	524
2.1.3. Obrigações do vendedor e do comprador.....	525
2.1.4. Despesas com a tradição	526
2.1.5. Partes.....	527
2.1.6. Cláusulas especiais	528
2.1.6.1. Cláusula de retrovenda.....	528
2.1.6.2. Cláusula de venda à contento e sujeita à prova	529
2.1.6.3. Cláusula de preferência ou preempção.....	529
2.1.6.4. Cláusula de reserva de domínio.....	530
2.2. Contratos de colaboração	531
2.2.1. Contrato de agência, distribuição ou representação	
comercial	532
2.2.2. Contrato de concessão mercantil	535
2.2.3. Contrato de comissão mercantil	539
2.2.4. Contrato de mandato mercantil	541
2.2.5. Contrato de franquia	543
2.2.5.1. Classificação do contrato de franquia.....	544
2.2.5.2. Obrigações dos contratantes	546
2.2.5.3. Circular de Oferta de Franquia (COF)	548
2.2.5.4. Extinção do contrato	549
2.3. Contratos bancários	549

2.3.1. Depósito bancário.....	550
2.3.2. Mútuo bancário	551
2.3.3. Desconto bancário	552
2.3.4. Abertura de crédito	553
2.4. Contrato de <i>factoring</i>	554
2.5. Contrato de arrendamento mercantil ou <i>leasing</i>	555
2.5.1. Espécies de contrato de <i>leasing</i>	556
2.5.2. O valor residual garantido (VRG).....	557
2.6. Alienação e cessão fiduciária em garantia.....	558
2.6.1. Alienação fiduciária em garantia de coisas móveis infungíveis.....	559
2.6.2. Alienação fiduciária em garantia de imóveis.....	561
2.6.3. Alienação fiduciária em garantia de coisas fungíveis e direitos	562
2.6.3.1. Requisitos para a constituição	564
2.7. Contrato de seguro	568
2.7.1. Sistema Nacional de Seguros Privados.....	568
2.7.2. Classificação do contrato de seguro	569
2.7.3. Elementos do contrato de seguro	570
2.7.3.1. A proposta e a aceitação.....	570
2.7.3.2. O interesse segurado.....	572
2.7.3.3. O risco	572
2.7.3.4. O prêmio	573
2.7.3.5. Indenização pela ocorrência do sinistro	574
2.7.4. Espécies de contratos de seguro	574
2.7.4.1. Seguro de dano	575
2.7.4.2. Seguro de pessoas	577
2.7.4.2.1. Seguro de vida	578
2.7.4.2.2. Seguro de acidentes pessoais	579
<i>Referências</i>	581